

TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: REMAPEAR A CLASSE, RECENTRALIZAR A OPRESSÃO [TITHI BHATTACHARYA]

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.57464>

Aila Fernanda dos Santos¹

Título: Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, recentralizar a opressão

Organização: Tithi Bhattacharya

Tradução: Juliana Penna

Cidade e editora: São Paulo: Elefante

Ano da publicação: 2023

Páginas: 344

Organizado por Tithi Bhattacharya, o livro *Teoria da Reprodução Social: remapear a classe, centralizar a opressão*² teve sua primeira edição em português publicada pela editora Elefante no ano de 2023.

O livro é composto por nove ensaios de diferentes autoras/es do campo da Teoria da Reprodução Social (TRS), que, de forma não hegemônica, apresentam diferentes perspectivas desse campo com relação a temas atuais, como reprodução social da força de trabalho, trabalho doméstico, interseccionalidade, infância, aposentadoria e pensões, sexualidades, feminismo e greve de mulheres.

O prefácio, realizado por Lise Vogel, aponta que esse livro nasce em um cenário diferente do que as autoras da Reprodução Social enfrentaram no ano de 1970, justamente pelo contexto histórico e político de desmobilização dos movimentos sociais e da esquerda, o que levou ao apagamento de sua própria obra, que foi reavivada posteriormente e reeditada em 2013³. Nesse novo cenário, as e os autores também se beneficiaram do aprofundamento do marxismo, sobretudo pelo acesso a novas traduções, além do avanço teórico por meio de lutas dos movimentos sociais do século XXI.

Mapeando a teoria da reprodução social, de Bhattacharya, é o texto de introdução deste livro. A autora introduz a leitoras/es as noções básicas da TRS, tanto em seu sentido político como teórico-metodológico, explicitando o método materialista histórico e dialético que se assenta a TRS e algumas definições teóricas consensuadas, para depois trazer as propostas centrais dos ensaios.

Com o objetivo de aprofundar a teoria marxista do valor-trabalho, a TRS vai centrar sua análise no ponto de vista da mercadoria mais especial para o modo de produção capitalista: a força de trabalho, compreendendo-a em seu sentido amplo e considerando a existência de trabalhadoras/es fora do circuito da produção de mercadorias. Ou seja, a força de trabalho é produzida e reproduzida por meio de processos de reposição geracional e de sua manutenção, sendo esses processos realizados hegemonicamente nas unidades domésticas⁴, mas não somente.

Aponta-se que a reprodução social da força de trabalho também pode se dar no âmbito do Estado, por meio de serviços e políticas públicas, e/ou pelo mercado, por meio de bens e serviços. O processo de reprodução biológica também não é a única maneira de repor a força de trabalho: ao longo da história, a escravidão e a imigração foram formas de reposição da força de trabalho no capitalismo.

Isso revela duas formas históricas particulares pelas quais o capitalismo mantém esse processo como aparência: a separação do espaço da produção de valor e o espaço da reprodução da força de trabalho. Esses dois espaços aparentemente separados compõem uma unidade contraditória, pois o capitalismo necessita que a força de trabalho seja reproduzida, entretanto, nega as condições de sua própria reprodução ao subordinar a reprodução da vida à produção do valor.

Essa compreensão nos leva a considerar, portanto, que a luta de classes ocorre não somente no espaço da produção de valor; ela também se manifesta de diferentes formas nos espaços de reprodução da vida. Isso abre um campo de análise para compreender, em uma perspectiva de totalidade, que as categorias de opressão e exploração são co-produzidas de forma simultânea à produção de mais-valor, sendo que a realidade concreta não é um agregado de partes ou que são apenas funcionais ao capitalismo. Nesse sentido, a TRS tem o propósito de tomar como ponto de partida a teoria social de Marx para teorizar sobre como a produção de mais-valor e a (re)produção da vida fazem parte de um processo integrado.

O primeiro ensaio, *Crise do cuidado? Sobre as contradições socio-reprodutivas do capitalismo contemporâneo*, de Nancy Fraser, discute a chamada crise do cuidado⁵, que, para ela, é uma crise da reprodução social no sentido amplo, a qual está vinculada à crise posta pelas contradições do próprio modo de produção capitalista. Essa crise, portanto, não é apenas interna à economia capitalista, e sim “ecológica, e política” (p. 46). O texto apresenta duas ideias centrais em que a autora desenvolverá seus argumentos. A primeira é a explicitação de que a crise do cuidado está enraizada nas dinâmicas da acumulação capitalista, ou seja, ela não pode ser compreendida de forma autônoma. A segunda ideia é a compreensão da atual crise do cuidado que se assenta na forma financeirizada do capitalismo.

Segundo Fraser, apesar dos traços gerais em que se apresenta a crise, ela “assume uma aparência diferente e distinta em todas as formas historicamente específicas da sociedade capitalista” (p. 47). Para distinguir e caracterizar a crise da reprodução na fase do capitalismo atual, apresentará as mudanças históricas da reprodução social distinguindo três regimes de reprodução/produção econômico-sociais na história do capitalismo: 1- Regime do capitalismo competitivo liberal; 2- Regime do capitalismo gerenciado pelo Estado; 3- Regime do capitalismo financeiro globalizado. Em todos esses regimes, a autora aponta, em cada período, o papel que o Estado assume no desenvolvimento de transformações históricas do capitalismo e as contradições com relação à reprodução social, sua reorganização e as formas de luta social.

Destaca o entrelaçamento da luta de classes que denominou de “lutas de fronteira” (p. 51), que se referem às lutas que estão para além do âmbito da produção. Por fim, ela conclui uma pergunta: “mais uma mutação?” apontando a capacidade que o capitalismo tem de se reinventar frente a suas crises e contradições e reconfigurar as lutas sociais.

O segundo ensaio, *Sem reservas*, escrito pelo historiador Salar Mohandesi e a historiadora Emma Teitelman, é um convite para iluminar a história a partir da lente da reprodução social, demonstrando a relação entre produção e reprodução social no curso da história estadunidense através da tendência do capitalismo de subordinar a reprodução social da vida aos processos capitalistas. Portanto, a ideia principal é demonstrar como, ao longo da história, a acumulação capitalista interrompeu a reprodução contínua da classe trabalhadora, submetendo-a à lógica capitalista na medida em que foi promovendo uma série de estratégias para submeter a reprodução social alternativa de vida e as economias domésticas tradicionais à dependência de salários, separando a relação entre produção e reprodução social.

Em um primeiro momento da história, destacam o papel dos cercamentos, a desapropriação de terras e reservas indígenas, tanto quanto do espaço urbano, seguindo para o período da industrialização nos Estados Unidos da América (EUA), em que efetivamente se separam fisicamente o local do trabalho e da reprodução social, assim como o envolvimento de mulheres no “trabalho socialmente reprodutivo remunerado” (p. 80).

Posteriormente, os autores apontam o papel das lutas sociais no terreno da reprodução social como um importante lugar de construção de sujeito político. Destacam as lutas pela sobrevivência não como necessariamente uma luta contra o capitalismo, mas “como um campo primário de formação de classe” (p. 94). Essa luta pela sobrevivência e as mudanças no terreno da produção vão desencadear uma série de intervenções do Estado que impactam o terreno da reprodução social, como a implementação de programas sociais que se constituíram estratégias que fortaleceram o capitalismo, mesmo em um cenário em que a classe trabalhadora também se beneficiava de um Estado de bem-estar social.

Nesse sentido, essas mudanças integraram, ainda que de maneira diferente, as atividades socialmente reprodutivas nas relações sociais capitalistas, subsumindo a reprodução social ao capitalismo. O título *Sem reservas* reflete a estratégia do capital de submeter a classe trabalhadora a processos cada vez mais dependentes da sua dinâmica de acumulação.

*Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global*⁶, de Tithi Bhattacharya, compõe o terceiro ensaio do livro. É um texto imprescindível para superar a compreensão limitada de classe trabalhadora que se originou, em grande parte, de “um entendimento igualmente limitado da própria economia” (p. 120). A partir da crítica da economia política, a autora vai refutar várias concepções sobre economia, força de trabalho e luta de classes, iluminada pelo quadro analítico da TRS.

Em diálogo com o próprio Marx, Bhattacharya aponta que a separação entre o econômico e o político ocultou que o processo de dominação e expropriação ocorre para além da esfera econômica na forma jurídica assalariada. A partir da teoria valor-trabalho, ela vai demonstrar que o valor da força de trabalho, determinado pelos meios de subsistência básicos e necessários a manutenção da classe trabalhadora, precisa ser melhor teorizado, pois os modos de satisfação das necessidades de classe é um produto histórico, e o processo de regeneração da força de trabalho, como também sua reposição geracional, são processos que ocorrem fora do circuito da produção e são realizados majoritariamente por mulheres. Entretanto, ela amplia a análise ao apontar que existem outras relações no circuito da reprodução social para além da unidade doméstica, assim como também a cesta de bens e serviços varia a

dependem da raça, etnia, sexualidade, nacionalidade e gênero, que vão produzir “diversos tipos de força de trabalho” (p. 127).

Trabalhadores/as precisam vender sua força de trabalho para suprir suas necessidades básicas, e isso é indiscutível na teoria marxista. A TRS avança na compreensão de que essa tensão revela que a produção de mais-valor depende de condições básicas para o atendimento de necessidades sociais da classe trabalhadora, necessidades essas que são históricas e diferenciadas para o tipo de força de trabalho que demanda essa ordem social (precarizadas, generificadas, racializadas, territorializadas, etc.). Portanto, as lutas que ocorrem no terreno da reprodução social são parte da luta de classes.

Bhattacharya conclui que o padrão das necessidades é determinado pela luta de classes, já que o capital está interessado em realizar o mais-valor (ainda que necessite da mercadoria especial força de trabalho para isso) e trabalhadoras necessitam satisfazer o desenvolvimento delas mesmas frente a um modo de produção que nega e limita essas necessidades, ao passo que também (re)cria necessidades de consumo. Nesse sentido, as lutas no local de trabalho são importantes – as lutas sindicais por aumento de salários são insubstituíveis. No entanto, as lutas que refletem necessidades sociais para a reprodução da classe trabalhadora, que está para além do chão da fábrica, são também parte da luta de classes.

O quarto ensaio deste livro, escrito por David McNally, *Interseções e dialética: reconstruções críticas na teoria da reprodução social*, trata-se de um diálogo crítico da TRS com a teoria da interseccionalidade. O autor vai trazer os principais impasses dessa teoria, reconhecendo os esforços de Kimberlé Crenshaw, que foi quem cunhou o termo, como também de autoras que avançaram na perspectiva da interseccionalidade para compreender as múltiplas expressões da experiência social com uma matriz de dominação comum, como faz Patrícia Hill Collins. Entretanto, apesar desses avanços, a interseccionalidade ainda se encontra em um impasse denominado como “atomismo ontológico” (p. 159), que consiste em “insistir que uma entidade ou relação não pode ser entendida como constituída dentro e por meio de outra sem que perca a própria identidade” (p. 159). O resultado disso é uma base ontológica das opressões divididas e autônomas umas das outras.

O autor vai argumentar os limites da teoria da interseccionalidade a partir do newtonianismo social, que se traduz na ideia de compreender partículas autônomas separadas para compreender o todo, assim como que a interseccionalidade se assenta na ideia de eixos e vetores distintos de opressão. Nesse sentido, evidenciará os conceitos de ontologia e dialética a partir de Hegel para chegar à compreensão de totalidade concreta em Marx e Engels, alertando que as definições, conceitos e objetos não são fixos, mas se modificam no processo da formação histórica: “os conceitos não podem ser fixos e rígidos porque a vida não é nada disso” (...), e “os objetos são de fato relações” (p. 169).

A compreensão do todo social deve superar a compreensão de somas das partes ou de um atomismo ontológico, pois as relações não estão ontologicamente separadas, ainda que existam propriedades que as diferenciem, e “uma totalidade concreta atinge concretude (“determinação”) por meio das diferenças que as compõem” (p. 171), ou seja, a totalidade carrega consigo partes diversas e não podem ser suprimidas. Cada particularidade, portanto, também carrega em si a totalidade, então trata-se de uma “totalidade parcial” (p. 171), e ela possui suas características e certa “autonomia relativa” (p. 171).

A partir desse quadro teórico, o autor vai trazer a contribuição de Angela Davis com o livro *Mulheres, Raça e Classe* (1981 [2016]) para resgatar seu núcleo materialista histórico e seu poder como um clássico do marxismo antirracista e feminista” (p. 176), e, assim, poder fazer uma revitalização dialética da TRS. O trabalho de Davis é primoroso para compreender o trabalho das mulheres negras dentro de uma totalidade social concreta ao tratar a unidade entre racismo, sexismo e exploração, demonstrando tratar-se de algo além de uma intersecção.

O autor conclui que a interseccionalidade teve o grande feito de ampliar o debate, entretanto, ela ainda recai em sistemas duplos para compreender a realidade. Por outro lado, a TRS carece de teorizações sobre o racismo. Por isso, “uma teoria da reprodução social dialeticamente reconstruída é vital para entendermos a unidade do diverso, que é a forma de nosso mundo – e para ver se somos capazes de transformá-lo” (p. 179).

O ensaio de número cinco, de Susan Ferguson, *Crianças, infâncias e capitalismo: uma perspectiva da reprodução social*, teoriza sobre as crianças que participam dos processos e das instituições de reprodução social, além de serem objetos do trabalho reprodutivo realizado por mulheres. A autora destaca que, mais que força de trabalho futura, crianças são indivíduos concretos que participam dos processos de reprodução social da vida não apenas como consumidores, mas que também, contraditoriamente, apontam para um processo de resistências e produção de luta ao passo que “representam um desafio e/ou alternativa à reprodução social capitalista” (p. 183).

Aponta os aspectos subjetivos, sensoriais e fisiológicos que compõem a formação das crianças como sujeitos capitalistas, trazendo um quadro teórico de diferenças entre trabalho, lazer e diversão. No ato de brincar, a criança usa sua criatividade para transformar seus ambientes. Essa criação pode dar novos significados e possibilidades, algo que o trabalho no mundo capitalista limita o uso de nossas potencialidades.

Nesse sentido, a infância não está sujeita diretamente aos processos capitalistas, assim como a escolarização (parte dos principais campos da reprodução social) também é um produto social e vai, ao longo do desenvolvimento infantil, moldar as infâncias na função de construir e formar uma força de trabalho futura. Entretanto, a autora aponta que a escola, assim como a família, não está diretamente sob o controle do capital, e isso quer dizer que podem existir espaços e atividades orientadas “ao prazer, ao afeto e à sociabilidade” (p. 205), destacando alguns limites encontrados para infâncias que são submetidas ao controle social e à disciplina, como é o caso de meninas, crianças negras, indígenas e pobres.

A autora conclui que “as crianças abrem uma janela para um modo de ser alternativo” (p. 206), criando uma contradição nas instituições de reprodução social, pois elas formam a força de trabalho futura, mas também podem impulsionar as potencialidades das crianças e ser espaços de lutas “pelas determinações que prevalecerão no processo de formação do sujeito” (p. 207).

O sexto ensaio, *Muito trabalho, pouco lazer: reprodução social, migração e trabalho doméstico remunerado em Montreal*, da geógrafa feminista Carmen Teeple Hopkins, tem o objetivo de discutir o trabalho doméstico (remunerado e não remunerado) a partir da perspectiva da TRS, examinando o trabalho de mulheres

migrantes filipinas no Canadá, destacando a importância das comunidades religiosas para a reprodução social.

Em linhas conceituais, a autora apresenta a discussão da Economia Feminista sobre o trabalho doméstico na sociedade capitalista e o debate dado nos anos 1970 entre as feministas autonomistas e as feministas marxistas sobre a produção de mais-valor do trabalho doméstico não remunerado. A autora reconhece as contribuições e os avanços das feministas autonomistas, mas se alinha à perspectiva das feministas marxistas da TRS, que apontam que, apesar de o trabalho doméstico não remunerado ser parte fundamental do modo de produção capitalista para a reprodução e manutenção da força de trabalho, ele não gera valor de troca, mas valor de uso. Portanto, a partir dessa filiação teórica e com o aporte do feminismo negro e da geografia feminista, a autora vai trabalhar com dados empíricos a partir de entrevistas com duas trabalhadoras domésticas migrantes racializadas como mulheres negras.

De acordo com a autora, o trabalho doméstico remunerado tem uma divisão racial do trabalho, e são as mulheres negras migrantes que contam com condições de trabalho ainda mais precarizadas, já que “a migração transnacional por gênero também articula com as dimensões sociais de raça e cidadania” (p. 219). São elas que trabalham para as famílias brancas de classe média e, de acordo com a experiência no Canadá, as mulheres que participam do *Programa de Cuidador Residente* estão sujeitas a diversas formas de precarização e submissão, já que, para permanecer no país, precisam residir nas casas das famílias onde trabalham, provocando uma aparente indistinção entre produção e reprodução social.

Entretanto, a partir da geografia feminista, a autora aponta que existe uma distinção temporal e espacial nos âmbitos da produção e reprodução social, pois as próprias trabalhadoras identificam o prolongamento do tempo de trabalho remunerado, quando ocorre o abuso desse tempo e a violação de direitos trabalhistas, assim como o prolongamento do espaço da reprodução social de suas próprias vidas, o que já não ocorre no espaço privado da casa (já que esse é seu espaço de trabalho), mas na comunidade religiosa.

Essa comunidade religiosa diz respeito a uma Igreja Católica localizada em um bairro onde se concentra a maior parte da comunidade filipina em Montreal (*Côte-des-Neiges*) e está composta predominantemente por mulheres negras filipinas. Ela desempenha um papel fundamental na reprodução social da vida dessas mulheres porque é a fonte de apoio, cuidado emocional, físico e espiritual para que elas possam lidar com condições de trabalho análogas à escravidão. Destaca essa comunidade religiosa como “redes informais de apoio” (p. 229), trazendo para a discussão as contradições e a necessidade de distinguir entre os âmbitos da produção e da reprodução, bem como a reprodução social para além dos espaços da unidade doméstica ou de programas governamentais. Por fim, argumenta que é necessário avançar em pesquisas sobre os espaços religiosos das populações migrantes, sugerindo (apesar de não se aprofundar) o uso da metodologias de contratopografia na escala intraurbana.

O sétimo ensaio, *Aposentadoria, pensões e reprodução social*, de Serap Saritas Oran, tem por objetivo situar o pagamento de aposentadorias e pensões na reprodução social e geracional da força de trabalho pelo viés da economia política, localizando-as no processo de reprodução social e no valor da força de trabalho. A autora aponta que o valor da força de trabalho está associado a processos mais amplos da

reprodução social com relação à classe capitalista, ao Estado e à família. Isso quer dizer que o pagamento de aposentadorias possui um componente do valor da força de trabalho, pois mantém um padrão de vida da classe trabalhadora, uma vez que esse pagamento é realizado pelo produto social total, ou seja, de mais-valor passado apropriada pelos capitalistas, que serve para a reprodução social de membros não trabalhadores da classe trabalhadora.

Entretanto, a luta de classes tem um papel importante na socialização dos custos da reprodução social pelo capital. Diante das recentes reformas previdenciárias como expressões das transformações do Estado que se voltam para as políticas neoliberais, a deterioração do padrão de vida da classe como um todo tem sido um aspecto central, provocando uma penetração da financeirização na reprodução social. Assim, “a alocação de certa fração do produto social total para a reprodução social da classe trabalhadora é cada vez mais realizada pelos atores financeiros, não pelo Estado” (p. 261). Em conclusão, a autora aponta para a importância do fortalecimento da luta de classes pelo direito à reprodução social.

O oitavo ensaio, *Política do corpo: a reprodução social das sexualidades*, do sociólogo Alan Sears, vai discutir a dinâmica geral da sexualidade em relação à reprodução capitalista. Nesse sentido, ele argumenta que “a estrutura da reprodução social pode fornecer ferramentas importantes para entender a persistência da heteronormatividade durante o processo de revolução sexual” (p. 274).

Destaca que a revolução sexual foi importante para as mulheres e comunidades LGBT, mas que existem limites na medida em que ela não promoveu mudanças estruturais com relação às sexualidades normativas dominantes. A definição de sexualidade para o autor se situa a partir do método materialista histórico e dialético, que a relaciona com os modos organizados pela vida no capitalismo, sobretudo vinculados à separação entre produção e reprodução social da força de trabalho. Diferentemente de Foucault, que vai traçar que o desenvolvimento da sexualidade foi um processo que se deu na ascensão do capitalismo na relação com o disciplinamento do corpo, para o marco teórico feminista da reprodução social o surgimento da sexualidade é “uma resposta contestada às novas relações sociais associadas ao surgimento do capitalismo” (p. 276). Isso significa que as relações de exploração e opressão que caracterizam o capitalismo também compõem uma contradição, que são as lutas ligadas às identidades e aos direitos sexuais e reprodutivos.

As concepções que existem sobre liberdade sexual, sexualidade, consentimento e coerção, assédio sexual e autonomia são debatidas pelo autor a partir do eixo trabalho nas relações sociais capitalistas, realizando uma importante reflexão sobre a heteronormatividade e regulação sexual relacionada à alienação, à expropriação e à formação de subjetividades que impactam, inclusive, as experimentações limitadas dos processos de autonomia que também estão presentes nos espaços de ativismo e de militância que reproduzem essas masculinidades. Por fim, o autor conclui que as lutas por liberdades sexuais estão relacionadas à luta contra o capitalismo.

O último ensaio do livro é escrito por Cinzia Arruzza, *Do Feminismo da reprodução social à greve de mulheres*, que destaca a experiência da greve de mulheres nos EUA, inspirada por um movimento mais amplo da greve internacional de mulheres iniciada na Polônia em 2016. Essa experiência mostrou a materialização do que o feminismo da reprodução social vem teorizando, pois essa experiência concreta

tornou obsoleta a questão de priorizar a classe ou as pautas identitárias, revelando como essas lutas estão conectadas e que elas são parte das várias formas que assume a luta de classes, como também, como a classe trabalhadora é diversa, já que “gênero, raça e sexualidade compõem a forma como as pessoas se tornam politizadas e se envolvem em lutas” (p. 307). Assim, reforçar o termo greve para essas lutas foi uma estratégia do movimento feminista ao considerar a totalidade da classe trabalhadora e dessas lutas.

Por fim, a autora conclui apontando o desafio do movimento feminista de levar em conta a diversidade, transformando-a em arma de luta para produzir uma crítica e saídas reais contra as relações sociais capitalistas.

Para concluir, o livro é um importante avanço no campo marxista, já que a TRS traz questões urgentes do nosso tempo, demonstrando a importância de seguir avançando nesse legado, reavivando a necessidade histórica da atualização da teoria social de Marx para a compreensão da realidade em sua totalidade concreta e no fortalecimento da luta revolucionária. Para nós, feministas marxistas vinculadas à TRS na América Latina, a tarefa segue viva.

Referências:

BATTACHARYA, T. **Teoria da reprodução social:** remapear a classe, centralizar a opressão. Tradução Juliana Penna. São Paulo: Elefante, 2023.

Notas

¹ Doutoranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (GPEM) - <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/733233>. Integrante do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS) - <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7534263257506461>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3388450573918701>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0763-747X>. E-mail: aila.santos@unifesp.br.

² O livro *Social Reproduction Theory: remapping, recentering oppression* foi publicado originalmente em inglês pela editora Pluto Press no ano de 2017. Na versão brasileira o livro conta com um texto de orelha escrito pelo Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS). É importante destacar que o livro apresenta alguns problemas de tradução que podem alterar a compreensão da teoria ou torná-la incompleta. Considerando o compromisso político com a TRS, ao longo da apresentação dos ensaios, destacarei algumas palavras ou conceitos que merecem melhor atenção das/os leitoras/es do livro.

³ O livro *Marxism and the Oppression of Women: toward a Unitary Theory* de Lise Vogel, foi publicado pela primeira vez em 1983. No Brasil, *Marxismo e opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária* chega no ano de 2022, publicado pela editora Expressão Popular por meio de um trabalho rigoroso de tradução realizado pelo GE-TRS.

⁴ Destaca-se que se optou por utilizar o termo “unidade doméstica”, de acordo com a tradução consensual pelo grupo de tradutoras do GE-TRS, mas o livro apresenta outras traduções como famílias ou unidades familiares.

⁵ Em alguns momentos, a tradução de “crise do cuidado” está como “crise da assistência” (p. 32) ou “trabalho de assistência” (p. 33). Considerando o original “crises of care” e “care work”, como também o acúmulo teórico da literatura de estudos de gênero, a melhor tradução seria “crise do cuidado”, assim como aparece em outros momentos do livro.

⁶ O texto apresenta alguns problemas de tradução, sendo alguns dos principais identificados: “estruturas teóricas”, sendo mais adequado o uso de “perspectivas ou abordagens teóricas”; “mão de obra”, sendo mais adequado o uso de “força de trabalho”; “classe operária”, sendo mais adequado o uso de “classe trabalhadora”; “substituição geracional” para “reposição geracional”; “cesta de mercadorias” para “cesta de bens e serviços”; o uso correto do pronome feminino, já que várias vezes está escrito em pronome masculino, como, por exemplo, “trabalhadores” e “teóricos”.

Recebido em: 31 de out. 2023
Aprovado em: 20 de nov. 2023